30 30/03/2012

APEOESP

Acesse: www.apeoesp.org.br

URGENTE

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO Filiado à CNTE e CUT imprensa@apeoesp.org.br

# Emenda constitucional beneficia aposentados por invalidez

Foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira, 30/03, a Emenda Constitucional nº 70 que acrescenta artigo 6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional.

Assim, de acordo com o parágrafo único do artigo 1º da Emenda 70, "Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no caput do disposto no art. 7º desta Emenda Constitucional, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos desses servidores."

Por outro lado, o artigo 2º determina que "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, assim como as respectivas autarquias e fundações, procederão, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da entrada em vigor desta Emenda Constitucional, à revisão das aposentadorias, e das pensões delas decorrentes, concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004, com base na redação dada ao § 1º do artigo 40 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, com efeitos financeiros a partir da data de promulgação desta Emenda Constitucional."

Caso, findo este prazo, não for concedido o benefício, o(a) professor(a) deve procurar a Secretaria de Legislação e Defesa dos Associados (Departamento Jurídico) da APEOESP.

# Webconferência: lei do piso

A APEOESP realizará no dia 13 de abril, sexta-feira, das 9h00 às 13h00, webconferência sobre a lei do piso salarial profissional nacional, com enfoque principal na questão da composição da jornada de trabalho.

A ideia é combinar e debater aspectos relativos à concepção da lei, seus aspectos pedagógicos, legais, à disputa jurídica com o Estado e outras questões relacionadas à lei, à qualidade de ensino e à nossa luta.

Brevemente informaremos o local. O critério de participação é o mesmo das webconferências anteriores: três professores por subsede, além da Diretoria do Sindicato.

*Secretaria de Comunicações*

# Bônus não melhora a educação

*Maria Izabel Azevedo Noronha*
Presidenta da APEOESP (Sindicto dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo)
Membro do Conselho Nacional de Educação

Nesta sexta-feira, 30/03, o Governo Estadual realizou o pagamento do "bônus resultado" aos profissionais do Magistério da rede estadual de ensino. Estranhamente, não divulgou os resultados do IDESP (Índice do Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) como havia prometido.

Desde que o bônus foi implementado, ainda na gestão do ex-Governador Mário Covas, a APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo) tem manifestado e reafirmado sua posição contrária a esse tipo de política. No nosso entendimento, os professores e demais profissionais do Magistério devem receber salários compatíveis com a importância social da profissão e com a sua formação e não bônus ou gratificações, que não se incorporam ao salário e não se refletem na aposentadoria e nos benefícios da carreira, calculados sobre o salário base.

Entretanto, no caso do bônus, há um agravante que se reflete nos resultados e traz prejuízos para expressiva parcela da categoria. Calculado sobre o resultado do exame do SARESP – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (que gera o IDESP) o bônus reflete situação desigual das diferentes unidades escolares, sem considerar esta desigualdade no cálculo dos valores a serem pagos. Assim, os profissionais que trabalham em escolas com pior infraestrutura, localizadas em regiões mais carentes ou que concentrem maior número de alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, obtêm piores resultados no SARESP, gerando, consequentemente, menor IDESP e valores menores a serem pagos como bônus.

Não é aceitável que a pobreza seja apontada, em si mesma, como um fator gerador de piores resultados educacionais, pois a educação é, justamente, um dos mais importantes instrumentos de superação da pobreza e da desigualdade. É necessário, entretanto, que haja políticas educacionais para isto. É preciso que a escola esteja equipada, em todos os sentidos, para oferecer ensino de qualidade às comunidades mais pobres, sem deixar de considerar as especificidades daquela comunidade; ao contrário, trabalhando-as no contexto de seu projeto político pedagógico.

A política de bônus não contribui para a melhoria da qualidade do ensino e para a valorização dos profissionais do Magistério, equalizando diferenças regionais. Essa política, na verdade, tende a produzir efeito contrário, aprofundando as diferenças entre as escolas, pois aquelas com melhores condições de trabalho e de ensino-aprendizagem são mais bem avaliadas e geram o pagamento de bônus de maior valor, em detrimento das escolas das periferias, notadamente as que possuem piores condições estruturais e enfrentam contextos sociais mais complexos.

Existem escolas na Capital, na Grande São Paulo e em muitas cidades do interior que não dispõem de banheiros separados para meninos e meninas em número suficiente, por exemplo. As salas superlotadas são outro fator que prejudica a qualidade de ensino e ocorre com maior frequência nas escolas da periferia ou as localizadas em bairros com populações mais numerosas, pois não há escolas suficientes ou há falta de professores. A violência nas escolas, outro fator de stress e prejuízos à qualidade do ensino, também ocorre de forma mais acentuada na periferia. Como, então, esperar um melhor rendimento dos alunos nessas condições? Como esperar melhores resultados nas avaliações, se a escola não oferece atrativos para melhorar o desempenho de seus alunos?

Na assembleia estadual que realizamos em 16 de março os professores aprovaram, mais uma vez, reivindicar a transformação dos valores do bônus em salário, por meio de reajuste salarial que contemple toda a categoria, inclusive aposentados. A melhoria da qualidade da educação não se dará com medidas discricionárias como o bônus e "provas de mérito" e sim com políticas educacionais consistentes, que valorizem o trabalho do professor na sala de aula, por meio de salários dignos, carreira justa, jornada de trabalho adequada e melhores condições de trabalho. Nossa assembleia também decidiu cobrar do Governo do Estado um plano de reformas e construção de unidades escolares.

Nós, da APEOESP, temos lutado, sempre, por uma escola pública estadual melhor, que corresponda às necessidades dos nossos alunos e de suas famílias, para que possamos formar cidadãos cada vez mais comprometidos com as transformações que o nosso país precisa para se desenvolver plenamente, em todas as suas dimensões. Um projeto como este não se realizará sem os professores, ou contra eles. Medidas transpostas das empresas privadas para as escolas públicas, como o "bônus resultado", vão na direção oposta a este caminho.